

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_VARA DE FAMÍLIA DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX-XX.**

**FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL,  
PROFISSÃO**, portador do RG nº XXXXXXXX SSP/XX e CPF nº XXXXXXXX,  
residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefone:  
XXXXXXXXX e XXXXXXXX, vem, por intermédio da Defensoria Pública do  
Distrito Federal, propor a presente

**AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS MORTEM**

em face dos herdeiros de **FULANO DE TAL**, a saber: **FULANO DE TAL,  
FULANO DE TAL, FULANO DE TAL**, todos menores impúberes,  
residentes e domiciliados no mesmo endereço do requerente, pelos fatos e  
fundamentos a seguir expostos:

**I - DOS FATOS**

---

O requerente conheceu FULANO DE TAL no início do ano de XXXX, em XXXXXXXX. Pouco tempos depois, passaram a se relacionar e a viver juntos, como se casados fossem e com objetivo de constituir família.

Com efeito, da união resultaram XXX filhos: FULANO DE TAL, FULANO DE TAL, FULANO DE TAL.

A relação perdurou até a data do óbito, ocorrido em XX de XXXXXXX de XXXX.

Assim, durante o período em que viveram juntos, o requerente e a falecida atenderam aos requisitos previstos no artigo 1.723 do diploma civil, quais sejam, a convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Os documentos acostados a esta exordial e rol de testemunhas demonstram a existência real da união, continuidade e a publicidade existente entre os companheiros.

Dessa forma, há que ser reconhecida a existência e a dissolução da união estável ora mencionada, notadamente para que o requerente possa fazer jus à pensão por morte, levantamento das verbas rescisórias e saque do FGTS.

## **II - DOS FILHOS**

Do relacionamento adveio o nascimento de XXXX filhos, conforme certidões de nascimento em anexo:

FULANO DE TAL, nascido em XX/XX/XXXX;

---

FULANO DE TAL, nascida em XX/XX/XXXX;  
FULANO DE TAL, nascido em XX/XX/XXXX.

### III - DOS BENS

Os companheiros não adquiriram patrimônio partilhável,

### IV - DO DIREITO

A união estável está garantida pela Constituição:

**“Art. 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.**

**(...)**

**§3º: Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.”**

De acordo com o artigo 1723, do Código Civil, *in verbis*:

**“É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”**

No caso em comento, podemos ver claramente que a intenção do requerente e da falecida era a de constituir família, visto que tiveram XXX filhos formalmente reconhecidos daquela relação. Coabitavam sob o mesmo teto, publicamente apareciam como casados, prova fática incontestada da convivência. A imagem passada por ambos para

---

a comunidade em que viviam era a de casados, sendo pública e notória a união.

Portanto, a pretensão do Requerente resta plenamente justificada, merecendo, por isso, ser devidamente acolhida, eis que, presentes os pressupostos que evidenciam não só a relação *more uxorio*, como a de caráter social e familiar e, também, por possuir interesse jurídico na declaração e dissolução da união estável, pois pretende habilitar-se ao recebimento de seus direitos trabalhistas, saque de FGTS e recebimento da pensão por morte, cujos valores ainda não tem conhecimento.

## **V - DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

a) O benefício da justiça gratuita por ser economicamente hipossuficiente (art. 4º, Lei 1.060/50);

b) A intimação do Ministério Público;

c) a nomeação de curador especial para os herdeiros, menores impúberes, em face da colidência de interesses;

d) A citação dos requeridos para, querendo, apresentarem resposta, sob pena de se sujeitarem aos efeitos da revelia;

d) A procedência do pedido, para que seja

---

reconhecida e dissolvida a união estável entre o requerente e a *de cujus*, no período compreendido entre o ano de XXXX até a data do óbito ocorrido em XX/XX/XXXX;

e) Sejam os requeridos condenados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR/DF - PROJUR (art.1º, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04/12/2007), a serem recolhidos junto ao Banco XXXX, através de DAR (Documento de Arrecadação) com o código XXX - Honorários de Advogados.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial pela oitiva das testemunhas abaixo arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXX reais).

Nestes termos, pede deferimento

XXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

---

FULANO DE TAL

---

---

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

---

FULANO DE TAL  
MATR. XXXXX

**ROL DE TESTEMUNHAS**

**FULANO DE TAL**, endereço: XXXXXXXXXXXXX, telefone: (XX)XXXXXXXXX;  
profissão: XXXXXXXX

**FULANO DE TAL** endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXX, tel.: (XX)XXXXXXXXX,  
profissão: XXXXXXXX.

**FULANO DE TAL**, endereço: XXXXXXXXXXXXX, tel.: (XX)XXXXXXXXXX,  
profissão: XXXXXXXXX.

---